

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é considerada obrigatória. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Energética Suape II S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Energética Suape II S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



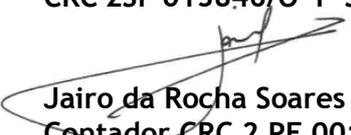
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 06 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1- S - PE


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 2 PE 001269/F-8

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2016	2015		Nota Explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	27.805	34.565	Fornecedores	11	77.019	44.024
Contas a receber	5	82.804	102.020	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	75.138	105.472
Estoques	6	78.546	71.556	Tributos e contribuições sociais	13	6.106	5.270
Aplicações financeiras restritas	4	47.030	41.362	Obrigações estimadas		310	287
Tributos e contribuições a recuperar	7	7.620	5.004	Taxas Regulamentares	14	12.680	7.457
Operações com energia elétrica a recuperar	8	2.787	7.034	Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	17.752	18.941
Despesas pagas antecipadamente		650	773	Outras contas a pagar		963	960
Outros créditos		8.395	4.218			189.968	182.411
		255.637	266.532				
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	-	89	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	369.371	419.238
Aplicações financeiras restritas	4	57.138	51.361	Passivo fiscal diferido	13	5.987	6.835
Ativo fiscal diferido	7	3.745	3.867	Taxas Regulamentares	14	7.281	8.105
Imobilizado	9	526.394	545.334			382.639	434.178
Intangível	10	178	243				
		587.455	600.894	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	139.977	139.977
				Reserva legal	15	17.832	13.095
				Reserva de lucros	15	50.712	54.793
				Reserva de Incentivos Fiscais	15	61.964	42.972
						270.485	250.837
Total do ativo		843.092	867.426	Total do passivo e do patrimônio líquido		843.092	867.426

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receita bruta de produtos e serviços	660.309	841.302
(-) Impostos	(68.001)	(86.262)
Receita líquida de vendas	592.308	755.040
(-) Custo dos produtos vendidos	(389.457)	(570.648)
(=)/Lucro bruto	202.851	184.392
(+/-)/Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(8.627)	(6.095)
Outros Resultados	(47.698)	(11.541)
(=)/Lucro operacional antes do resultado financeiro	146.526	166.756
Despesas financeiras	(67.641)	(69.533)
Receitas financeiras	25.742	16.825
Juros sobre Capital Próprio	(16.967)	(13.533)
(=)/Resultado financeiro líquido	(58.866)	(66.241)
(=)/Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	87.660	100.515
(-) Imposto de Renda	(21.764)	(21.139)
(-) Contribuição Social	(7.844)	(7.619)
(-) IR/CS diferidos	727	(4.740)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	18.992	15.150
(=)/Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre capital próprio	77.771	82.167
Reversão dos juros sobre capital próprio a pagar	16.967	13.533
(=)/Lucro líquido do exercício	94.738	95.699
Lucro/(prejuízo) por ação	0,6768	0,6837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro/líquido do exercício	94.738	95.699
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>94.738</u>	<u>95.699</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	139.977	8.311	27.821	41.742	-	217.851
Lucro do exercício	-	-	-	-	95.699	95.699
Constituição da Reserva legal	-	4.785	-	-	(4.785)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(13.533)	(13.533)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.438)	(7.438)
Distribuição de lucros	-	-	-	(41.742)	-	(41.742)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	15.150	-	(15.150)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	54.793	(54.793)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.977	13.096	42.971	54.793	-	250.837
Saldos em 1º de janeiro de 2016	139.977	13.096	42.971	54.793	-	250.837
Lucro do exercício	-	-	-	-	94.738	94.738
Constituição da Reserva legal	-	4.736	-	-	(4.736)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(16.967)	(16.967)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.330)	(3.330)
Distribuição de lucros	-	-	-	(54.793)	-	(54.793)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	18.993	-	(18.993)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	50.712	(50.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	139.977	17.832	61.964	50.712	-	270.485

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	94.738	95.699
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	23.322	23.055
Encargos de empréstimos e financiamentos	54.628	59.920
	172.688	178.674
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aumento/(diminuição) no contas a receber	19.307	56.004
Aumento/(diminuição) nos impostos a recuperar	(2.495)	2.668
Aumento/(diminuição) nos estoques	(6.990)	(54.239)
Aumento/(diminuição) nas operações com Energia Elétrica	4.247	(49)
Aumento/(diminuição) nos demais ativos circulantes	(4.055)	(3.737)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	32.995	34.612
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(12)	(885)
Aumento/(diminuição) em provisões em P&D	4.399	3.682
Juros pagos no período	(55.503)	(59.477)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	25	56
	(8.082)	(21.365)
Caixa líquido das atividades operacionais	164.606	157.309
Atividade de investimento		
Resgate das aplicações financeiras restritas	(11.445)	(8.560)
Aquisição de imobilizado	(4.306)	(4.884)
Atualização de dividendos a pagar	6.096	6.668
Aquisição de intangível	(10)	(59)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(9.665)	(6.835)
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	(61.242)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	(79.327)	(76.802)
Pagamento de dividendos	(70.086)	(49.969)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(12.288)	(10.365)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(161.701)	(198.378)
Variação líquida de caixa	(6.760)	(47.904)
Caixa e equivalentes no início do exercício	34.565	82.469
Caixa e equivalentes no final do exercício	27.805	34.565
	(6.760)	(47.904)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de energia e serviços	660.309	841.302
Outros resultados	(47.698)	(11.541)
	<u>612.611</u>	<u>829.761</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(368.821)	(548.280)
Valor adicionado bruto	<u>243.790</u>	<u>281.481</u>
Depreciação/amortização	(23.322)	(23.055)
Valor adicionado líquido	<u>220.468</u>	<u>258.426</u>
Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	25.742	16.825
Valor adicionado total a distribuir	<u>246.210</u>	<u>275.251</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal		
Remunerações	1.471	1.419
Encargos sociais (exceto INSS)	139	128
Auxílio alimentação	229	201
Plano de saúde	313	214
Provisão para férias e 13º salário	359	349
Administradores	1.224	1.095
Convênio assistencial e outros benefícios	473	543
Participação nos resultados	417	414
Subtotal	<u>4.625</u>	<u>4.363</u>
Governo		
INSS	623	559
PIS e COFINS sobre faturamento	61.084	77.820
Obrigações setoriais	6.917	8.442
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.888	18.347
Subtotal	<u>78.512</u>	<u>105.168</u>
Financiamentos		
Juros e variações cambiais	54.601	60.082
Outras despesas financeiras	13.041	9.453
Aluguéis	693	486
Subtotal	<u>68.335</u>	<u>70.021</u>
Acionistas		
Lucro/Prejuízo do Exercício	94.738	95.699
Subtotal	<u>94.738</u>	<u>95.699</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>246.210</u>	<u>275.251</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica por meio de uma Usina Termelétrica (UTE) a óleo combustível - UTE Suape II, com capacidade de geração bruta de 381,255 MW.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, perdas estimadas com realização de estoques, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.2.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São inclusos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São inclusos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado, compostos por fornecedores, empréstimos e financiamentos.

2.2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

A Companhia avaliou se o valor contábil de seus ativos estava excedendo o seu valor recuperável e concluiu pela não existência de tais indicativos.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.2.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

2.2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual, após deduções de prejuízos acumulados, seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registrará a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício, e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido da Companhia, no grupo de “Reservas de Lucros”.

2.2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.10. Apuração do resultado

As despesas e receitas são reconhecidas de acordo com o regime contábil da competência.

2.2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.3. Práticas contábeis - específicas do setor elétrico

2.3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações estabelecidas por meio da Resolução ANEEL nº 370, de 30 de junho de 2009.

Em 11 de março de 2014, a ANEEL editou a Resolução nº 605 revogando a Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e aprovando novo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com vigência iniciada em 1º de janeiro de 2015.

2.3.2. Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela Companhia em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro (UC), Unidade de Adição e Retirada (UAR), por Ordem de Imobilização (ODI), Conta Contábil e data de sua transferência (capitalização) para o imobilizado em serviço.

2.3.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

As taxas anuais utilizadas estão conforme determinadas pela tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 2, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, artigo 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009 e Resolução ANEEL nº 474/2012, de 01 de janeiro de 2012. Para os ativos em serviço administrativo, a Administração da Companhia avaliou as referidas taxas utilizadas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

Segundo Lei nº 11.196/2005, para efeitos fiscais, a diferença entre o valor do encargo decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela Receita Federal do Brasil, e o valor do encargo contabilizado decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela ANEEL aplicável aos bens do ativo imobilizado, exceto terrenos, poderá ser excluída do lucro líquido para a apuração do lucro real e da base de cálculo para apuração do IRPJ e da CSLL.

Em 2012 tal procedimento foi realizado e a Companhia controla a diferença em livro fiscal, amortizando o passivo diferido já constituído, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

2.4. Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava Capital Circulante Líquido (CCL) positivo no valor de R\$ 65.669 mil (em 31 de dezembro de 2015, R\$ 84.121 mil).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	15.901	4.809
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	11.904	29.756
	<u>27.805</u>	<u>34.565</u>

As Aplicações financeiras são de liquidez imediata e apresentaram taxas de rendimento variando entre 90% a 99% do CDI.

4. Aplicações financeiras restritas

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de Vínculo</u>	<u>Ref</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco do Nordeste do Brasil	FAT-Proinfra	(a)	16/12/2025	98 % CDI	47.030	41.362
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FNE	(b)	10/11/2026	96,38% CDI	30.877	27.791
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FAT	(b)	16/12/2025	96,38% CDI	22.979	20.682
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(c)	-	98% do CDI	3.167	2.786
Banco do Brasil	Garantia CCT	(d)	-	94% do CDI	115	102
					<u>104.168</u>	<u>92.723</u>
	Circulante				47.030	41.362
	Não circulante				57.138	51.361

- (a) Corresponde ao empréstimo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) bloqueado para movimentação;
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para garantia de pagamento dos empréstimos, conforme cláusulas contratuais;
- (c) Corresponde a aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCG;
- (d) Corresponde a conta de administração às garantias CCT - CHESF.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de clientes	2.887	3.486
Valores a faturar	79.917	98.623
	<u>82.804</u>	<u>102.109</u>
Circulante	82.804	102.020
Não circulante	-	89

Os valores das contas a receber são referentes aos faturamentos efetuados mediante contrato de fornecimento de energia.

Os valores de longo prazo referem-se aos faturamentos emitidos contra a Central Elétricas do Pará (CELPA), que entrou em recuperação judicial em 28 de fevereiro de 2012, tendo o plano de recuperação judicial sido homologado, estabelecendo o pagamento do débito em 60 parcelas fixas de igual valor, o que vem sendo cumprido pela compradora de energia.

6. Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Combustível	16.737	5.989
Estoque em trânsito	-	527
Peças sobressalentes	50.117	46.650
Adiantamentos a fornecedores	11.692	18.390
	<u>78.546</u>	<u>71.556</u>

7. Tributos e contribuições a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de Renda	1.173	3.259
Contribuição Social	139	819
Imposto de Renda diferido (a)	2.754	2.843
Contribuição Social diferida (a)	991	1.024
PIS	1.078	167
COFINS	5.220	751
INSS	4	1
ISS	6	6
ICMS	1	1
	<u>11.366</u>	<u>8.871</u>
Circulante	7.620	5.004
Não circulante	3.745	3.867

(a) Diferido composto por adições temporárias, tais como P&D, provisões para *overhaul* e variação cambial passiva. Em 1º de janeiro de 2015, o saldo do Diferido sobre amortização de despesas pré-operacionais decorrente do Regime Tributário de Transição (RTT) foi integralmente amortizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

8. Operações com energia elétrica

Corresponde à recuperação de energia adquirida pela Suape II no mercado de curto prazo para suprir as perdas internas e as perdas sistêmicas até o centro de gravidade.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

9. Ativo imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em curso (a)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2015	9.179	428.907	124.849	217	359	563.511	4.312	567.823
Aquisição	799	24.922	1.755	197	90	27.763	1.942	29.705
Transferência	-	(11.936)	-	-	-	(11.936)	11.936	-
Baixa	-	(10.955)	-	(59)	1	(11.013)	(18.190)	(29.204)
Depreciação	-	(19.334)	(3.582)	(45)	(30)	(22.991)	-	(22.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.978	411.604	123.022	310	420	545.334	-	545.334
Saldos em 01 de janeiro de 2016	9.978	411.604	123.022	310	420	545.334	-	545.334
Aquisição	-	2.173	2.083	-	33	4.289	16	4.305
Transferência	-	6	-	-	2	8	(8)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(19.532)	(3.623)	(56)	(34)	(23.245)	-	(23.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.978	394.251	121.482	254	421	526.386	8	526.394
Custo total	9.978	488.914	139.186	386	556	639.020	8	639.028
Depreciação acumulada	-	(94.663)	(17.704)	(132)	(135)	(112.634)	-	(112.634)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2016	9.978	394.251	121.482	254	421	526.386	8	526.394
Depreciação anual - %	-	3,99	2,60	14,43	6,19	-	-	-

(a) Refere-se à aquisição de peças para Usina, que ainda não foram colocados em Serviço.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

10. Ativo intangível

	<u>Direito de uso de software</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2015	233
Adição	74
Transferência	-
Amortização	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>243</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	243
Adição	10
Transferência	-
Amortização	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>178</u>
Custo total	385
Amortização acumulada	(207)
Valor residual	<u>178</u>
Amortização anual - %	<u>20</u>

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do software.

11. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Petrobras Distribuidora	57.501	20.410
Transportadoras	561	664
Distribuidoras de Diesel	2.583	-
Wartsila Switzerland	7.924	8.104
Wartsila Brasil	3.839	9.890
Encargos de uso da rede	3.065	2.780
CGTI	-	603
Itatrans	349	411
Outros fornecedores	1.197	1.162
	<u>77.019</u>	<u>44.024</u>

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

12. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Circulante		Não circulante	Total	
				Principal	Encargos	Principal	2016	2015
BNB - FAT	Construção UTE	(a)	TJLP + 4% a.a	16.353	686	130.820	147.859	164.254
BNB - FNE	Construção UTE	(b)	10% a.a	7.839	1.024	175.853	184.716	190.954
ITAU	CCB	(c)	CDI + 2,5% a.a	27.718	1.203	62.698	91.619	114.992
ITAU	Conta Garantida	(d)	CDI + 2,25% a.a	20.000	315	-	20.315	53.506
BCO BRASIL	Conta Garantida	(e)	CDI + 5,35% a.a	-	-	-	-	1.004
				<u>71.910</u>	<u>3.228</u>	<u>369.371</u>	<u>444.509</u>	<u>524.710</u>

A Companhia obteve junto a Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- Em 31 de março de 2011, foi disponibilizado em conta vinculada junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o montante de R\$ 212.582 mil, com taxa de TJLP mais 4% ao ano, com vencimento em dezembro de 2025. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo sido efetivamente liberados R\$ 185.423 mil;
- Em 13 de agosto de 2010 foram contratados junto ao BNB R\$ 199.785 mil, com taxa de 10% ao ano, bônus de adimplência de 1,5%, com vencimento em novembro de 2026. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE);
- Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil junto ao Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a. mais 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à nota de crédito industrial;
- Empréstimo contratado junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista. Em 31 de dezembro de 2016 a taxa praticada era de CDI + 2,25% a.a. e em 28 de janeiro de 2017 foi renovado por mais três meses nas mesmas condições contratuais anteriores, ou seja, CDI + 2,25% a.a.;
- Empréstimo contratado junto ao Banco do Brasil S.A. para aquisição de OCB1, na modalidade à vista. Em 31 de dezembro de 2016 a taxa praticada era de CDI + 5,35% a.a. Em 07 de janeiro de 2017, esta operação foi cancelada junto ao Banco do Brasil S.A, sendo assim, a partir desta data todos os termos referentes a esta operação foram considerados sem efeito.

A Companhia possui garantias a serem cumpridas, de acordo com os contratos de empréstimos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2015	197.275	465.020	662.295
Ingressos	48.758	-	48.758
Transferências	45.782	(45.782)	-
Encargos	62.284	-	62.284
Amortização de principal	(186.802)	-	(186.802)
Pagamento de juros	(61.825)	-	(61.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>105.472</u>	<u>419.238</u>	<u>524.710</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2016	105.472	419.238	524.710
Ingressos	-	-	-
Transferências	49.867	(49.867)	-
Encargos	57.361	-	57.361
Amortização de principal	(79.327)	-	(79.327)
Pagamento de juros	(58.235)	-	(58.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>75.138</u>	<u>369.371</u>	<u>444.509</u>

Os vencimentos em longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	49.884
2018	54.378	54.378
2019	59.197	59.197
2020 em diante	255.796	255.779
	<u>369.371</u>	<u>419.238</u>

13. Impostos a pagar e Contribuições Sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de Renda - IR	3.015	2.123
Contribuição Social	482	547
Imposto de Renda diferido (a)	4.402	5.026
Contribuição Social diferida (a)	1.585	1.809
INSS	247	226
FGTS	11	10
PIS	321	283
COFINS	1.521	1.314
PIS diferido (b)	29	36
COFINS diferido (b)	134	167
ICMS	2	1
ISS	95	169
Outros	249	394
	<u>12.093</u>	<u>12.105</u>
Circulante	6.106	5.270
Não circulante	5.987	6.835

- (a) Referente à diferença da taxa de depreciação dos bens, conforme vida útil-econômica em comparação com as taxas sugeridas pelo Fisco Federal. Esse procedimento foi realizado apenas no exercício de 2012, sendo o saldo constituído amortizado de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela RFB;
- (b) PIS e COFINS diferidos sobre Receita não recebida de clientes órgãos públicos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

13.1. Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	87.660	87.660	100.513	100.513
Ajustes de RTT	-	-	(13.978)	(13.978)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social após ajustes RTT	87.660	87.660	86.535	86.535
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	7.889	21.915	7.788	21.634
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Pesquisa e Desenvolvimento	396	1.100	445	1.235
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	255	707	255	707
Receitas de órgãos públicos	24	67	-	-
Variação cambial	4	10	18	50
Benefício a administradores	19	51	-	-
Outras adições	3	8	2	11
	701	1.943	720	2.003
(+) Exclusões				
Pesquisa e Desenvolvimento	(377)	(1.049)	(304)	(843)
Provisão de fornecedores	-	-	(394)	(1.096)
Variação cambial	(23)	(63)	(12)	(34)
Receitas de órgãos públicos	(52)	(146)	(24)	(67)
Incentivo fiscal SUDENE	-	(18.992)	-	(15.150)
Incentivo fiscal Lei do Bem	(143)	(398)	(156)	(435)
Resultado não tributado	(152)	(415)	-	-
Outras exclusões	-	(23)	-	(24)
	(747)	(21.086)	(890)	(17.649)
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	7.843	2.772	7.618	5.988
Ajustes de apuração	-	-	-	-
Diferido sobre ajustes de RTT e diferenças temporárias (a)	(192)	(535)	1.256	3.485
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	7.651	2.237	8.874	9.473

(a) Em 2015 está inclusa a amortização integral do saldo de despesas pré-operacionais decorrente do Regime Tributário de Transição (RTT) conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

13.2. Reconciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

Ativo	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Pesquisa e Desenvolvimento	11.006	11.006	10.958	10.958
Variação cambial	9	9	200	200
Provisão despesas	-	-	214	214
Base de cálculo do imposto ativo	11.015	11.015	11.372	11.372
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto ativo	<u>2.754</u>	<u>991</u>	<u>2.843</u>	<u>1.024</u>
Passivo (-)				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(16.975)	(16.975)	(19.804)	(19.804)
Variação cambial	(51)	(51)	(31)	(31)
Receita de órgãos públicos	(582)	(582)	(267)	(267)
Base de cálculo do imposto passivo	(17.608)	(17.608)	(20.102)	(20.102)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto passivo	<u>(4.402)</u>	<u>(1.585)</u>	<u>(5.026)</u>	<u>(1.809)</u>
Total Líquido	<u>(1.648)</u>	<u>(594)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>(785)</u>

14. Taxas regulamentares

	2016	2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	549	559
Ministério das Minas e Energia	276	278
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.054	14.651
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	82	74
Total	<u>19.961</u>	<u>15.562</u>
Passivo Circulante	12.680	7.457
Passivo Não Circulante	7.281	8.105

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

15. Dividendos Propostos e Juros Sobre Capital Próprio

<u>Deliberação 2016</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação ON</u>
RCA de 29 de dezembro de 2016 AGE de 30 de dezembro de 2016	JSCP	16.967	0,121214

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2016.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação “pro rata die” da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e considerando o emanado na IN RFB nº 1.515/2014 e na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 24 de agosto de 2016 a Companhia distribuiu R\$ 18.940 mil referentes aos Dividendos Mínimos Obrigatórios apurados em 2015 e R\$ 2.516 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2015) conforme deliberado em Ata AGOE de 25 de abril de 2016.

Em 11 de novembro de 2016 a Companhia distribuiu R\$ 18.923 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2015) conforme deliberado em Ata AGOE de 25 de abril de 2016.

Em 01 de dezembro de 2016 a Companhia distribuiu R\$ 18.923 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2015) conforme deliberado em Ata AGOE de 25 de abril de 2016.

Em 21 de dezembro de 2016 a Companhia distribuiu R\$ 16.640 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2015) conforme deliberado em Ata AGOE de 25 de abril de 2016.

Os pagamentos efetuados nos dias 24 de agosto, 11 de novembro, 1º dezembro e 21 de dezembro de 2016 estão atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos de IRRF.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	94.738	95.699
Reserva legal	(4.737)	(4.785)
Reserva de incentivo fiscal	(15.876)	(15.150)
Reserva de incentivos fiscais anos anteriores	(3.115)	-
Base de Cálculo Dividendos	71.010	75.764
Dividendos mínimos obrigatórios	17.752	18.941
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio declarados	16.967	13.533
Expurgo do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(2.545)	(2.030)
Dividendos Mínimos Complementares Obrigatórios	3.330	7.438
Total bruto	17.752	18.941

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2017, o montante de R\$ 3.330 mil de dividendos mínimos complementares obrigatórios de 2016.

A formação do saldo excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	<u>Valores</u>
Base de cálculo dividendos	71.010
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(20.297)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	50.713

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 50.713 mil excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao logo do exercício de 2017, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A formação dos saldos dos Dividendos em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	<u>Valores</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	18.941
Dividendos Complementares de 2015	54.793
Atualização Selic (líquida de IRRF)	8.640
Dividendos pagos	(82.374)
Propostos do exercício de 2016	20.297
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.752

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

16. Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária n° 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal para afastar os efeitos da Resolução CNPE n° 03/2013, referente a cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS. A Sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento.

A ANEEL emitiu o Auto de Infração ANEEL n° 35/2015 que trata da aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 3.430 mil, estando pendente a apreciação de recurso pela Diretoria da ANEEL.

17. Patrimônio líquido

O capital social é dividido em 139.977 mil (2015 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado em quadro a seguir:

	2016/2015	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	139.977	139.977

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 25 de abril de 2016, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.396 mil (até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.188 mil).

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

19. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de vendas		
Receitas com contratos de energia	660.309	841.302
	<u>660.309</u>	<u>841.302</u>
Deduções de vendas		
PIS e COFINS	(61.084)	(77.820)
Outros	(6.917)	(8.442)
	<u>(68.001)</u>	<u>(86.262)</u>
Receita operacional líquida	<u>592.308</u>	<u>755.040</u>

20. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(3.855)	(3.667)
Administradores	(1.393)	(1.321)
Material	(1.232)	(1.133)
Combustível para produção de energia	(313.951)	(490.590)
Serviços de terceiros	(25.669)	(28.698)
Energia elétrica comprada para revenda	918	532
Encargos de uso do sistema transmissão	(25.337)	(23.866)
Depreciação e amortização	(23.322)	(23.541)
Tributos	(271)	(144)
Seguros	(2.641)	(2.607)
Rendimento aplicação financeira	16.084	13.913
Juros sobre financiamento	(54.148)	(58.612)
Juros sobre Capital Próprio	(16.967)	(13.533)
Variação cambial líquida	491	(1.044)
Outras despesas e receitas financeiras	(4.326)	(6.968)
Outras receitas e despesas	(47.698)	(11.541)
Outros	(1.331)	(1.707)
	<u>(504.648)</u>	<u>654.527</u>
Classificados como		
(-) Custo dos produtos vendidos	(389.457)	(570.648)
Gerais e administrativas	(8.627)	(6.095)
Despesas financeiras	(67.641)	(69.535)
Receitas financeiras	25.742	16.825
Juros sobre Capital Próprio	(16.967)	(13.533)
Outras receitas operacionais	(47.698)	(11.541)
	<u>(504.648)</u>	<u>(654.527)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

21. Instrumentos financeiros

21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme segue:

	Categoria	Ativos (passivos) financeiros			
		2016		2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	27.805	27.805	34.565	34.565
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	82.804	82.804	102.111	102.111
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	104.168	104.168	92.723	92.723
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(77.019)	(77.019)	(44.024)	(44.024)
Empréstimos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(444.509)	(444.509)	(524.711)	(524.711)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, tais como derivativos.

21.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

21.3. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros pelo valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

21.4. Risco de crédito

A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes minimiza eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

21.5. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui capital circulante líquido positivo, conforme indicado em Nota Explicativa nº 2.

21.6. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira oriunda de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

Análise de sensibilidade de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, e em suas aplicações financeiras vinculadas ao CDI. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nas taxas de juros.

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, por meio da majoração do custo de peças e ferramentas importadas.

21.7. Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de valores em aplicações financeiras restritas em determinados níveis (“*covenants*” financeiros).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava adimplente com os *covenants* previstos nos contratos de empréstimos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

22. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, conforme a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2017	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2017	30.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2017	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	10/03/2017	799.558

23. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não constatou qualquer evento subsequente relevante à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro 2016 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 06 de março de 2017.